

Lawrence da Arábia *

Em 2 de Agosto de 1990, as forças militares iraquianas, com o beneplácito da embaixadora norte-americana, invadiram e ocuparam o Kuwait, invocando o direito de anexação fundado em pretensas razões históricas. Ainda antes da explosão da crise jugoslava, era o primeiro episódio de acção militar em grande escala após o final da guerra-fria.

As expectativas de uma nova era de paz ficavam assim comprometidas. O recurso à violência nas relações internacionais persistia como se incorporasse o código genético dos povos. A tensão mundial subia de tom e a noção da quase inevitabilidade da guerra pesava fortemente nos espíritos.

Foi nesse contexto que escrevi para o PÚBLICO este breve artigo, a propósito da leitura de "Os sete pilares da sabedoria". Por mais que as circunstâncias se tenham alterado, essa leitura continua de enorme actualidade ao ajudar-nos a compreender a história do mundo árabe no século XX, as feridas que nele abriu o chamado Ocidente e as razões de muito ressentimento acumulado.

Faz agora um ano, enchi as minhas férias com a leitura desse livro apaixonante que tem por nome "Os Sete Pilares da Sabedoria" e por autor Thomas Edward Lawrence, dito da Arábia, em edição, ainda fresca, das Publicações Europa-América. Quem conhece a obra, sabe o seu valor. Estudante de Oxford, arqueólogo da Mesopotâmia, agente secreto inglês, instigador da revolta árabe contra o império turco, herói lendário do deserto, T. E. Lawrence acumula essa vasta experiência com uma escrita envolvente e uma lucidez implacável.

Se recordo agora essa leitura, não é pela densidade humana do documento, mas pela luz que ele projecta sobre a actualidade do Médio Oriente. Neste momento de crise aguda, vale a pena revisitar o enigmático mundo árabe, a génese dos Estados modernos na região e o seu contencioso com os ocidentais.

Sem fazer batota, Lawrence nunca esconde a ambiguidade do papel que personificou. Reconhecendo-se como "impostor bem sucedido", obrigou-se a vestir o "manto da fraude no Oriente". Identificado, fisicamente mesmo, com a causa árabe na sua luta pela independência contra os otomanos, nem isso impediu que mantivesse a fidelidade ao agente britânico que era, consciente do logro urdido pela diplomacia inglesa contra os seus frágeis aliados árabes.

Epicamente, o livro termina com a conquista de Damasco, onde entra vitorioso, a 3 de Outubro de 1918, Faiçal, filho do xarife hachemita de Meca, Hussein, a quem os ingleses tinham prometido o domínio dos territórios até então controlados pelos turcos. Menos de dois anos depois, Faiçal é expulso de Damasco pelos franceses. Porque, enquanto os árabes combatiam no deserto pela independência, ingleses e franceses faziam, nas suas costas, o Acordo Sykes-

* Artigo publicado no jornal PÚBLICO, em 24 de Agosto de 1990.

Picot (1916) que previa a repartição do império turco-otomano em zonas de influência. A grande Síria, incluindo o futuro Líbano, ficava para a França, que ali manteve tropas de ocupação até 1946. Quanto à sua área, os ingleses instalaram o hachemita Faiçal em Bagdad e o seu irmão Abdalah em Amã, enquanto o velho Hussein de Meca perdia a partida, pois o grosso da península arábica seria controlado pelo wahabita Ibn Saud, a partir do oásis de Riade.

O sonho de Lawrence fora traído. O império árabe, unido, independente e pró-britânico, nunca veria a luz do dia. As potências europeias mantiveram o domínio da zona e, quando a independência surgiu, foi em territórios fragmentados, ao sabor de acordos parciais. Apenas como exemplo, a Arábia Saudita é independente em 1926, o Iraque em 1930, a Jordânia em 1946, o Kuwait em 1961.

Para além de tudo o mais, a permanência das potências ocidentais tinha uma explicação: o petróleo. Em 1920, a Conferência de San Remo acerta a repartição do petróleo de Mossul entre ingleses (75 por cento) e franceses (25 por cento). Em 1926, as acções da Irak Petroleum Company são meticulosamente divididas: 52,2 por cento para os ingleses, 21,25 por cento para os franceses, 21,25 por cento para os americanos e os restantes 5 por cento para o "nosso" Calouste Gulbenkian, a título de intermediário. Pouco a pouco, o conjunto da produção petrolífera do Médio Oriente é explorado pelas "sete irmãs": Social, Mobil, Exxon, Gulf, Texaco, BP, Shell. Só em 1961 o Iraque nacionaliza a IPC e só em 1980 a Arábia Saudita assegura a participação maioritária dos seus próprios recursos petrolíferos.

O impostor Lawrence não viveu o suficiente para assistir a outras profundas feridas no orgulho árabe, como a criação do Estado de Israel em 1948. Nem poderia prever que a presença franco-britânica teria o seu último e dramático episódio na crise do Suez, quando o coronel Nasser nacionalizou o Canal. Nem imaginaria que a região haveria de se dividir em novas zonas de influência, algo movediças: nos tempos recentes, os soviéticos teriam aliados preferenciais na Síria e no Iraque, os norte-americanos no Egipto pós-Nasser e na Arábia Saudita (além do seu aliado estratégico que é o poderoso Israel).

Mas o que Lawrence da Arábia saberia explicar era a persistência de dois sentimentos fáceis de explorar entre as massas árabes: o panarabismo (a nostalgia da antiga unidade, anterior à formação dos Estados modernos) e o antiocidentalismo (leia-se hoje, obrigatoriamente, anti-americanismo).

Sobre o panarabismo, não há que ter ilusões, pois sabe-se a história das múltiplas tribos do deserto, feitas de pequenas ou grandes lealdades, como se sabe a inconsistência dos apelos à "nação árabe" e das abortadas tentativas de unificação. Isso não retira, porém, que uma guerra contrapondo Estados árabes diferentes seja sentida como guerra civil, fratricida. Daí, o risco de, insensivelmente e mais uma vez, o conflito em perspectiva no Golfo se vir a transformar, não tanto numa guerra inter-árabe, mas numa guerra entre árabes e ocidentais, com os Estados Unidos à cabeça.

Neste caso e por uma vez, os Estados Unidos, além de interesse, têm razão. Não que Saddam Hussein seja particularmente mau. Ele é apenas um filhote do sistema internacional vigente. Portanto, péssimo. Não foi ele quem inventou os

apelos de terceiros para intervir militarmente em território alheio, nem descobriu a justificação de interesses vitais para legitimar essa intervenção. Outros e mais poderosos o fizeram antes dele. Limita-se a seguir o paradigma das relações internacionais onde a força faz lei.

É esse o drama da nossa impotência colectiva. Não estamos dotados de instrumentos, que não seja a retaliação armada, para repor a legalidade nas relações entre os Estados. A lógica da confrontação militar e o assumido papel de "gendarme" da primeira potência mundial vão-nos fazer desperdiçar a oportunidade histórica de as Nações Unidas resolverem um conflito de envergadura, através de pressões económicas eficazes.

No momento em que escrevo, a guerra é tida por muitos como inevitável. A ressalva cronológica não é de somenos, já que a situação evolui quase de hora a hora. Parecem fechadas as portas da negociação diplomática, nem se vê a que cedências estariam dispostos os protagonistas.

Saddam Hussein, na sua ambição de hegemonia regional, terá vantagem no arrastamento da situação, confiante em que a porosidade das fronteiras impedirá a rigidez do embargo e ganhando tempo para dispor as peças no xadrez com mestria, conhecendo ainda os habituais frutos da política do facto consumado. Pelo seu lado, os Estados Unidos verão como desfavorável esse arrastamento e serão tentados a disparar o primeiro tiro, logo que tenham montado o dispositivo mínimo. Farão tudo para evitar o envolvimento de Israel no conflito, pois sabem que ele alteraria a substância da guerra ao criar uma nova polarização local. Mais uma razão, além do terreno adverso e do risco da recessão económica, para preferirem uma guerra relâmpago que obrigue o Iraque a rápida capitulação. Não seria de admirar que os frios analistas do Pentágono considerem seriamente a utilização do armamento nuclear, a não ser que a sofisticação dos meios electrónicos dispense esse recurso final.

Seja como for, o perigo é iminente e a angústia justificada. Fica-nos a experiente advertência de Lawrence da Arábia: "Estranho poder, o da guerra, que nos impõe a todos como dever aviltarmo-nos".